



Organizando o noticiário: tipificações no jornalismo impresso *

Gabriela Nóra**

aluna da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

com orientação da Prof^a. Dr^a. Raquel Paiva***

Resumo

Como se dá a transformação de fatos em acontecimentos jornalísticos? Quais os pressupostos que subjazem à organização fragmentária do noticiário e como, a partir da lógica da segmentação, é construído o real nos jornais? A tipificação como institucionalização de práticas profissionais que servem à automatização da produção, à manutenção do fluxo noticioso, aos apelos da velocidade e, em última instância, à preservação do lugar de fala dos jornais como espaços de credibilidade.

Palavras-chave

jornalismo impresso; tipificação; construção do real; segmentação do noticiário; *newsmaking*

A produção é organizada de modo tal, que sua dinâmica fundamental enfatiza a efemeridade das histórias. [...] São sempre os desenvolvimentos do dia presente que ocupam o primeiro plano. O corolário desse ponto é que existe uma tendência inerente às notícias a serem emolduradas de modo descontínuo e anistórico, e isso implica um estreitamento do contexto e, portanto, uma redução de significatividade. (SCHLESINGER apud WOLF, 2005: 232)

Em “Teorias das comunicações de massa”, o sociólogo italiano Mauro Wolf afirma que é na passagem do modelo dos “efeitos limitados e imediatos” ao dos “efeitos cumulativos” que a mídia desempenha uma função de construção da realidade, a partir da qual, a grande questão que se coloca é a da “relação entre a ação constante dos meios de comunicação de massa e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social” (WOLF, 2005: 142). Neste ponto, no que se refere aos estudos da hipótese da *agenda-setting*, o autor esclarece que eventuais exageros com relação aos efeitos de agenda

* Trabalho apresentado no NP de Jornalismo, do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: gabynora_nit@yahoo.com.br

*** Professora da ECO/UFRJ, pesquisadora 1B do CNPq, escritora, jornalista e coordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da ECO/UFRJ. E-mail: paivaraquel@hotmail.com

podem ser “freados” pelos estudos a respeito dos caracteres construtivos e produtivos da informação: os estudos de *newsmaking*.

Importante ferramenta metodológica, no sentido de melhor entender a mediação simbólica dos meios de comunicação de massa, esses estudos visam à ampliação das análises às limitações e condições produtivo-profissionais imbricadas na construção dos textos. Trata-se de incorporar, às pesquisas de comunicação, o estudo sobre as condições sociais, profissionais e técnicas de transformação dos fatos em notícias, indo além da busca por uma correspondência entre o tratamento de certos temas e o quanto o público é consciente, informado e interessado a respeito dos mesmos.

Assim, à hipótese da *agenda-setting* (modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade), acrescentaram-se os estudos de *newsmaking* (modo como a mídia organiza e estrutura a realidade), de modo que se tornou relevante investigar “o problema de como nasce um tema dentro dos mecanismos complexos da informação de massa, de quais são as forças, os processos e as condições que limitam ou enfatizam sua visibilidade social” (WOLF, 2005: 166).

Partindo deste ponto de vista, foi possível superar o caráter individualista da produção de notícias. Em outras palavras, agora, entende-se que as normas profissionais excedem a distorção subjetiva e passa-se do *gatekeeping* ao *newsmaking*, o que, segundo Wolf, caracteriza a prevalência da idéia de seleção como processo hierarquicamente ordenado e relacionado a uma rede complexa de *feedback*.

[...] se os estudos sobre os *gatekeepers* correlacionavam o conteúdo dos jornais com o trabalho de seleção das notícias, desenvolvido justamente pelo ‘guardião da cancela’, os estudos recentes sobre a produção de notícias comparam a imagem da realidade social, fornecida pela mídia, com a organização e a produção rotineira dos aparatos jornalísticos. (WOLF, 2005: 188)

Procede-se, assim, à transição dos estudos sobre a manipulação explícita da informação, para o problema da ‘distorção inconsciente’ ou ‘distorção involuntária’ – “ligada às práticas profissionais, às rotinas de produção normais, aos valores compartilhados e interiorizados sobre as modalidades de desempenhar o ofício de informar” (WOLF, 2005: 189). Além disso, a análise do andamento rotineiro da cobertura informativa, da condição normal e cotidiana dos aparatos, ganha destaque, em detrimento do caso excepcional e da cobertura de um acontecimento particular.

No entanto, como ressalta Wolf, a observação dos momentos e das fases de crise é fundamental às pesquisas, uma vez que é justamente nesses períodos que ocorre a redefinição das rotinas produtivas, quando se corrige a imagem do processo de



produção como algo ‘automático’: “enquanto a produção de notícias é feita de modo rotineiro, as próprias rotinas são continuamente corrigidas e os seus elementos entram em novas relações” (WOLF, 2005: 193).

Segundo o autor, a noticiabilidade de cada evento, ou seja, a sua ‘aptidão’ para ser transformado em notícia, está ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção, tendo em vista o número indefinido e imprevisível de acontecimentos e a quantidade finita e tendencialmente estável das notícias:

a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia. (WOLF, 2005: 195)

Neste ínterim, os valores/notícia – como critérios de atualidade, proximidade, impacto, relevância, frequência e amplitude, clareza ou falta de ambigüidade, preferência pelo negativo e etc. –, enquanto componentes da noticiabilidade, servem à ‘rotinização’ das práticas produtivas, a fim de tornar a seleção dos fatos que serão transformados em notícia passível de ser cumprida e administrada. Fora isso, o trabalho dos jornalistas seria impraticável. Sendo os valores/notícia critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção, são utilizados tanto para selecionar o material disponível, quanto nos processos posteriores, funcionando como linhas-guia para a apresentação do material.

O rigor dos valores/notícia não é, portanto, o de uma classificação abstrata, teoricamente coerente e articulada: trata-se, preferencialmente, da lógica de uma tipificação, destinada à realização programada de objetivos práticos e, em primeiro lugar, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos. (WOLF, 2005: 204)

Da mesma forma, o teórico francês Maurice Mouillaud salienta que há “uma rede que não impõe ao mundo apenas uma interpretação hegemônica dos acontecimentos, mas a própria forma do acontecimento” (MOUILLAUD, 2002: 32) – um tipo de hegemonia mais invisível e radical do que aquela da interpretação dos fatos; a hegemonia da ‘colocação em fatos’. Mouillaud defende que o discurso do jornal não está solto no espaço, mas sim envolto num *dispositivo* – numa matriz na qual se inscrevem os textos – que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido.

Para ele, o texto e o dispositivo são geradores um do outro, constituindo uma relação dinâmica, na qual a pressão dos textos pode, por exemplo, deformar o dispositivo ou, até mesmo, fazê-lo implodir. Ou seja, acontecimentos de incontestável

importância e/ou impacto social, como as guerras mundiais, as grandes revoluções político-sociais, a morte de pessoas ilustres, etc. podem deformar o jornal conforme a rigidez de sua estrutura.

Este trabalho parte do princípio de que “deformar”, nesse contexto, significa alterar uma forma há muito consolidada, enquanto *dispositivo*, através do modelo de editorias dos jornais impressos. Estruturas paradigmáticas dentro das redações, as editorias operam a partir das noções de classificação, fragmentação e descontextualização dos acontecimentos jornalísticos.

Segundo o sociólogo argentino Eliseo Verón, “os jornais se diferenciam em primeiro lugar pela forma como estruturam o espaço discursivo que lhes é próprio, e isso em dois planos: dentro de cada página e na organização do conjunto. O todo forma a diagramação” (VÉRON, 2002: 94). A diagramação resulta de duas formas de organização: a topográfica (referente à apresentação, à fragmentação e ao relacionamento dos espaços) e a taxonômica (referente aos sistemas de classificação de cada jornal: editorias, seções, subeditorias e subseções, cujos casos são determinados pelos acontecimentos do dia).

Assim, o noticiário apresenta-se de modo fragmentário, como se as notícias fossem auto-explicativas, auto-afirmativas. No entanto, toda informação é, necessariamente, relacional. Mas, a pretensão objetiva de agarrar o enunciado acarreta o esquecimento do aspecto relacional, ficando-se apenas com o aspecto dado. É o que afirma o professor Muniz Sodré, alertando para o fato de que, com a Internet, cada vez mais a relação é deixada de lado, em favor das notícias curtas e rápidas.

Ou seja, a dita “Sociedade da Informação” carece, hoje, de informações de qualidade, devidamente contextualizadas, nas quais os fatos sejam abordados em toda a sua complexidade, isto é, com profundidade. Vale lembrar, ainda com Sodré, que há diferentes “níveis de significação possíveis de um fato: a escolha do nível superficial ou do profundo depende do sistema de produção de conhecimento a ele pertinente”.¹

Sodré cita o jornalista norte-americano Robert Ezra Park, da Escola de Chicago, que assinalava dois tipos de conhecimento na notícia: o *acquaintance with* (“familiaridade com”) e *knowledge about* (“saber sobre”), distinguindo-os pelo grau de

¹ SODRÉ, Muniz. *A forma gloriosa da notícia*. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=428IMQ002>. Consultado em: 10 de abril de 2007.

profundidade. O primeiro, não-sistemático e fragmentário, partilhado em maior extensão; o segundo, mais sistemático ou analítico.

Com o advento da mídia eletrônica e, principalmente, da mídia digital, percebe-se uma diminuição da sistematização discursiva da informação. Para Sodré, tal fato remete à importância da densificação do acontecimento, de se completar a informação com um conhecimento mais sistemático; aquele que é capaz de surpreender cognitivamente o leitor, transcendendo a pura e simples factualidade. Isto porque, segundo ele, mesmo a notícia pode (e deve) ser ampliada em termos reflexivos, indo de encontro a um jornalismo que progride tão somente por refinamento de suas técnicas, em um ambiente – a Internet – caracterizado pela sede de informação e, conseqüentemente, pelo vício no conhecimento fragmentário.

É, pois, à “hegemonia da colocação em fatos” que se dedica este estudo, em busca da investigação do formato da segmentação jornalística. Pretende-se verificar como a segmentação atua no jornalismo impresso e quais os danos causados pela excessiva fragmentação do noticiário, os quais podem ser sintetizados na seguinte frase do professor José Salomão Amorim, do Instituto de Educação Superior de Brasília: “[...] procura-se que os leitores leiam os jornais de maneira mais rápida, mediante um processo descontínuo, de um processo de associações em prejuízo dos encadeamentos de causas e efeitos” (AMORIM apud SOUZA SILVA, 1996: 137).

Ou seja, ao adotar a segmentação como estratégia mercadológica, os jornais abrem mão da contextualização dos fatos sociais. Em contrapartida, ganham mais leitores e esses, por sua vez, ganham mais tempo, mas são privados das conexões, das inter-relações que se perdem com as sucessivas divisões dos periódicos em grupos de assuntos afins.

A tipificação das ações no jornalismo

Em vez de existirem formulações sujeitas a uma revisão e reconstituição contínuas, as idéias objetivadas podem produzir formas rígidas de lidar com o Mundo. Como produtos de entretencimento do tempo da notícia e da rede informativa, as tipificações da notícia passarão a fazer parte da reserva profissional de que o repórter dispõe. Isto é, ser um repórter capaz de lidar com acontecimentos idiossincráticos significa ser capaz de usar tipificações para invocar as técnicas jornalísticas apropriadas (TUCHMAN, 1978: 58)

Em sua investigação acerca dos efeitos cognitivos da comunicação de massa, o sociólogo espanhol Enric Saperas argumenta que o reconhecimento e a compreensão de tais efeitos devem fundamentar-se, ao se analisar a profissão jornalística, na existência

das tipificações – “domínio de significações a que o sujeito da ação terá que atender quando executa a ação” (SAPERAS, 2000: 148). O autor cita a socióloga norte-americana Gaye Tuchman ao salientar que a tipificação permite ao jornalista recorrer a determinadas formas fixas de narração e compreensão; formas sedutoras de realizar a atividade profissional institucionalizada, partilhada e reconhecida pelo público.

O intelectual alemão Alfred Schutz, um dos nomes mais importantes da fenomenologia social, é o autor do conceito de tipificação usado por Tuchman. De acordo com Schutz, a tipificação cumpre um papel fundamental para a compreensão das práticas institucionais,

na medida em que é a existência da tipificação que nos permite transcender os momentos particulares da ação e os atores sociais que individualmente executam estes movimentos particulares, para se atingir o significado que cada tipificação das ações possui para o conjunto dos atores sociais. (SAPERAS, 2000: 148)

Partindo destas definições, Saperas conclui que a tipificação não é um produto estático, mas sim dinâmico, já que demanda uma constante negociação entre os atores sociais que dela participam. Isto porque, não só a existência da tipificação, como também a sua contínua negociação, permite a sua estabilidade e permanência, em função da possibilidade de ela poder ser partilhada intersubjetivamente, situando-se, pois, no quadro do senso comum compartilhado por um grupo social. (SAPERAS, 2000: 150)

Portanto, não só os processos intencionais e conscientes de seleção, priorização e interesse, mas também o condicionamento de práticas não refletidas pelos profissionais dos meios influi nos critérios sobre o que vira, ou não, fato noticiável. O que significa dizer, tal como entendido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que muitas vezes o “reflexo de pauta” – praticado automaticamente pelos jornalistas, tanto mais quanto mais experientes eles forem – é determinante para a inclusão ou exclusão de notícias, assim como para o seu enquadramento, realce e formato.

Enquadrar significa utilizar “princípios de seleção, ênfase e apresentação” para organizar a realidade e o noticiário. É o que argumenta o professor Mauro Porto, da Tulane University, em sua análise baseada na literatura acadêmica sobre o conceito de enquadramento (*framing*). A professora Juliana Gutmann, da Universidade Federal da Bahia, lembra, por sua vez, que o conceito de *framing* foi utilizado inicialmente em 1974, pelo sociólogo canadense Erving Goffman, para caracterizar o modo como os indivíduos compreendiam e respondiam às situações sociais, a partir da forma com que

organizavam a vida cotidiana. Mais tarde, a metáfora foi apropriada por diversos pesquisadores, dentre eles Robert Entman, considerado um dos maiores estudiosos do conceito de *framing* aplicado ao jornalismo. Para Entman,

enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito. (ENTMAN apud GUTMANN, 2006: 32)

De acordo com Sodré, toda apreensão é condicionada pela formação e pela posição socialmente ocupada pelo indivíduo. Para o professor, o *frame* nada mais é do que o enquadramento que sensibiliza e fornece as regras de apreensão dos fatos. Logo, segundo ele, sendo a informação e o acontecimento instâncias interdependentes, pode-se afirmar que a mimese informativa confere visibilidade ao acontecimento por meio de um enquadramento técnico.

Este, por sua vez, focaliza a visão e unifica a cena, constituindo sistemas de referências que, afinados a cultura de um grupo específico, organizam a experiência social, atribuindo-lhe sentido. Assim, conforme pioneiramente observado por Goffman, é por meio do quadro (*frame*) que um problema social se transforma em público. Por esta razão, segundo Sodré, a mídia é o principal dispositivo de conversão do social em público, já que é ela a grande responsável por selecionar, enfatizar e apresentar o acontecimento. É ela, em última instância, a que constrói o acontecimento, conforme argumenta Verón, em “Construir o acontecimento: os meios de comunicação de massa e o acidente da central nuclear de Three Mile Island”:

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte na realidade e cujas propriedades e avatares nos são dados a conhecer de imediato pelos meios com maior ou menor fidelidade. Só existem na medida em que esses meios os elaboram. (VÉRON, 2002: II)

Tuchman, assim como Verón, analisa as notícias como construções sociais, apropriando-se do conceito de enquadramento para identificar os princípios de organização que determinam a seleção e a definição dos fatos veiculados pela mídia. Segundo ela, os jornalistas concedem uma “moldura” às histórias tendo em mente os constrangimentos e as crenças profissionais, assim como os julgamentos sobre a audiência. Logo, para a autora, os *frames* não só indicam os diversos “ângulos da notícia”, como também influem na organização social dos acontecimentos, transformando estes em *happenings* perceptíveis. (TUCHMAN, 1978: 192) Para ilustrar a sua concepção do conceito de *framing*, ela descreve a seguinte situação:

Um repórter retorna à redação vindo da cena de um fogo. Ele se dirige ao editor da seção local, que olha o seu trabalho e o pergunta, ‘*Como foi?*’. Referindo-se ao fogo, o repórter responde, ‘*Não muito grande*’. O editor pergunta, ‘*Seis parágrafos?*’ (Será espaço suficiente para contar a história do fogo?). O repórter responde, ‘*Okay*’, e dirige-se para a sua mesa, onde escreve seis parágrafos sobre o fogo. (TUCHMAN, 1978: 193)

Segundo a socióloga, essa “conferência editorial” é suficiente para elevar o “fogo” ao estatuto de acontecimento, demonstrando como os dispositivos de *framing* identificam os *happenings*. Tuchman argumenta que, embora o “fogo menor” tenha causado estragos, o seu caráter público é formado a partir da “natureza de estória”. E mais: para os jornalistas, o “fogo de seis parágrafos” não é nem um fato que destruiu lares (como foi para os moradores das casas), nem tampouco um “fogo menor aparentemente sem drama humano” (como poderiam perceber os leitores do jornal), mas tão somente uma estória, isto é, um produto da rotina jornalística. (TUCHMAN, 1978: 193)

Assim, em “*Making news: a study in the construction of reality*”, uma das maiores referências nos estudos de *newsmaking*, Tuchman defende que há uma relação entre os enquadramentos elaborados pela mídia e a rotina produtiva do jornalista. Esta possibilita que ele seja capaz de identificar e classificar rapidamente a informação, empacotando-a – como a um produto, no formato da notícia – para uma eficiente leitura da audiência.

De acordo com Sodré, o conceito de notícia lastreia a idéia do jornal como lugar da objetividade, da neutralidade. É a notícia que sustenta os coeficientes de neutralidade pública do jornal. Aproximá-la da mercadoria – notícia racionalizada como commodity – é, portanto, aproximá-la da idéia de neutralidade, já que o racionalismo mercantil prevê a não discussão ideológica do produto. É preciso, segundo o professor, desmistificar essa ideologia da transparência, assentada na “categoria notícia” como núcleo dessa pretensa objetividade, tendo em vista que a notícia é capaz de constituir uma realidade própria e que a mídia, como um todo, é produtora de efeito de real.

É justamente sobre essa produção de real que se debruça o modelo construtivo do *newsmaking*, interessado em apresentar o jornalismo não como reflexo do real, mas sim como uma atividade que trabalha com a construção de uma realidade específica. Sendo assim, a informação jornalística é tratada como uma representação social do fato e, portanto, um fenômeno sócio-histórico, uma experiência singular do tempo. Segundo Mouillaud, o acontecimento é a sombra projetada do fato. Logo, sem sujeito de percepção não há acontecimento, só existe o fato. Mouillaud distingue, assim, o

“acontecimento existencial” do “acontecimento midiático”, sendo, o primeiro, o objeto do acontecimento.

O “acontecimento existencial” se dá na descontinuidade e na indeterminação que leva a falar sobre aquilo. Ele desborda a mídia; está além dela; não acaba nunca, ainda que a mídia o incorpore. Há, portanto, nesse acontecimento algo maior do que os aspectos teóricos que o descrevem: ele possui temporalidade viva. Já o “acontecimento midiático” é uma produção/construção de real, atravessada pela vicissitude social. Pertence, pois, ao campo da hegemonia das representações.

Nesse contexto, Sodré alerta que a construção do acontecimento não se dá apenas no campo jornalístico. Para além da audiência (una, controlável), existe um público (heterogêneo) que se constitui, ainda que provisoriamente, como sujeito coletivo. Logo, o enquadramento técnico do fato pela mídia, resulta de um amplo consentimento dos atores extrajornalísticos. Não se trata, portanto, de desinformação deliberada, pois, embora o relato jornalístico seja uma construção subjetiva, de acordo com o professor, há uma inclinação (consensual) para elevar o acontecimento ao estatuto pleno de fato.

Segundo Sodré, a notícia segue a fórmula germinal de toda e qualquer narrativa, a partir das seis perguntas do *lead*: “o quê?”, “quem?”, “onde?”, “como?”, “quando?”, “por quê?”. Mas a notícia não se estrutura somente aí, dependendo também e, principalmente, da atenção do público – dos seus aspectos cognitivos e receptivos –, e não do seu entendimento. Para o professor, a notícia estrutura-se, pois, em função da possibilidade de comunicação, e não de uma lógica. Citando o jornalista Adelmo Genro Filho e o seu trabalho em “O Segredo da Pirâmide”, Sodré garante que, mais do que por uma epistemologia, o texto da notícia está impregnado por um discurso psicológico, visando facilitar o acesso.

Assim, segundo ele, pouco interessa o conteúdo do que é noticiado, pois, o que está em questão é o acesso rápido. Logo, a notícia seria, desse ponto de vista, uma forma incipiente da economia da atenção, corroborando com a idéia de notícia como um produto; produto caro e altamente perecível, que deve ser consumido o quanto antes e em menor tempo possível. O que ajuda a explicar o modo de elaboração do noticiário a partir do enquadramento e da hierarquização dos fatos marcados, em função de públicos específicos.

Seguindo esta lógica, os fatos são classificados e, então, enquadrados nas editoriais dos jornais, que pouco, ou nada, dialogam entre si. Ou seja, se uma matéria

com o título “Governo reduz taxa de juros” for publicada na editoria de economia, ela fatalmente não entrará nas páginas destinadas aos assuntos políticos daquela edição, e vice-versa. Uma das explicações para esta operação classificatória pode ser encontrada, de modo bastante pertinente, na seguinte análise de Gabriel Kaplún:

[...] o que tem acontecido é que muitos temas que antes formavam parte da discussão pública nas sociedades formalmente democráticas agora operam a partir de um terreno privado e supostamente “não político”: o terreno da “economia”. (A noção mesmo de economia política é considerada inapropriada: a economia não é política, segundo a visão neoliberal). (KAPLÚN, 2007: 172)

Kaplún discute tais questões sob a ótica da criação de mitos que estão na base do projeto neoliberal. Mitos como o do desenvolvimento espontâneo da sociedade de mercado e o da redução do papel do Estado na dinâmica social, fundamentais, na percepção do autor, para a implementação de uma autêntica “contra-revolução global que conseguiu fazer recuarem outros modelos possíveis de sociedade e apresentar-se diante do mundo como a única forma possível de organizar a vida”. (KAPLÚN, 2007: 172). O mesmo acontece com o processo de produção de notícias:

[...] nada transparece no produto informativo acabado: as diversas restrições que pouco a pouco influenciam a escolha das notícias são canceladas por uma apresentação que intencionalmente se dá como “simples” relatório do que ocorreu no mundo nas últimas 24 horas (ALTHEIDE-RASMUSSEN apud WOLF, 2005: 257)

A produção cotidiana de informações, ou seja, a conversão de acontecimentos em notícias, pode ser dividida, segundo Wolf, em três fases principais: 1) *coleta*: à fase de coleta segue, quase simultaneamente, a de *estruturação do material*, uma vez que a primeira ocorre sobretudo por meio de fontes estáveis (como as agências), que produzem material informativo facilmente inserível nos procedimentos de produção da redação, atendendo à necessidade de fluxo constante e seguro de notícias; 2) *seleção*: processo complexo que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de produção da notícia, tendo em vista a distribuição de três recursos escassos: equipe, formato e tempo de produção; 3) *apresentação*: tem por objetivo anular os efeitos provocados pela organização da produção, a fim de ‘restituir’ à informação o seu aspecto de espelho da realidade.

A fragmentação dos conteúdos e da imagem da realidade social coloca-se precisamente entre estes dois movimentos: de um lado, a extração dos acontecimentos do seu contexto, de outro, a reinserção dos eventos noticiáveis no contexto constituído pela “confeção”, pelo formato do produto informativo. [...]: o mecanismo de acréscimo de sentido, ligado à aproximação de duas notícias entre si, aos critérios de calibragem do ritmo interno do noticiário, às

inferências que podem ser feitas a partir da ordem em que são dispostas as próprias notícias, encontra-se dentro das delimitações do formato em ação. (WOLF, 2005: 259)

Formato este, embora aberto a eventuais mudanças, caracterizado por sua rigidez, cuja principal função é atender à racionalização das rotinas produtivas. Logo, é preciso atentar para o fato de que o processo de fragmentação dos conteúdos e a distorção da realidade são inerentes à própria técnica de estruturação da notícia. Este pensamento é compartilhado por diversos autores que trabalham com a hipótese da fragmentação da notícia como uma técnica mercadológica e consideram que, como qualquer outro produto, a notícia está sujeita aos processos de mercantilização do capitalismo.

Dentre eles, o sociólogo inglês Philip Schlesinger, que ressalta: “existe uma tendência inerente às notícias que as leva a serem enquadradas de uma forma descontínua e a-histórica”², o que, segundo ele, acarreta um estrangulamento do contexto e, conseqüentemente, uma redução de significação. Esta tendência inerente às notícias, ou ainda, a ideologia intrínseca à produção jornalística pode ser compreendida quando se questiona a prática cotidiana de seleção e/ou exclusão dos acontecimentos frente à sua infinita multiplicidade.

A vida quotidiana se apresenta como um fluxo em que não há – senão excepcionalmente – estados notáveis, mas uma confusão em que tudo ocorre, e que está submetida a incessantes metamorfoses. Dizer ‘o que ocorreu’ obriga selecionar certos dados e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, ‘algo ocorreu’, figuras tornam-se manifestas no tecido existencial [...] uma escolha arbitrária de dados, e cada uma das escolhas induz a uma história diferente. Múltiplos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão descritos. (MOUILLAUD, 2002: 42)

Assim como Mouillaud, Tuchman afirma que o objetivo declarado de qualquer órgão de informação – fornecer relatos de acontecimentos significativos e interessantes à população –, aparentemente simples, torna-se, contudo, bastante complexo diante da *superabundância de acontecimentos* que as empresas jornalísticas têm que selecionar.

Pelo menos, a seleção implica o reconhecimento de que um acontecimento é um evento, e não uma sucessão casual de coisas, cuja forma e cujo tipo subtraem-se à gravação. O objetivo de selecionar é dificultado por uma característica ulterior dos acontecimentos. Cada um deles pode reivindicar ser o único, ou seja, o fruto de uma conjunção específica de forças sociais, econômicas, políticas e psicológicas, que transformam o evento “nesse evento particular” [...]. Do ponto de vista do aparato informativo, é impossível aceitar essa exigência para todos os acontecimentos. (TUCHMAN, 1978: 45)

² SCHLESINGER, P. *Putting 'Reality' Together: BBC News*. Londres: Constable, 1978.

É por esta razão que, segunda a autora, as empresas tentam impor uma ordem no espaço, que tem como consequência fundamental a imposição de uma ordem no mundo social. Uma vez que não podem trabalhar com base em fenômenos idiossincráticos, os meios de comunicação devem “reduzir todos os fenômenos a classificações construídas para esse fim, do mesmo modo como os hospitais ‘reduzem’ cada paciente a um conjunto de sintomas e doenças” (TUCHMAN, 1978: 45).

Segundo Wolf, pesquisas sobre o conteúdo dos telejornais (mas não apenas destes) apontam para uma fragmentação da imagem da sociedade, mediante a justaposição de acontecimentos-notícia, apresentados como auto-suficientes. Ou seja, o que se verifica, na maioria dos casos, é um noticiário de nível superficial e fora de contexto. Em geral, as matérias valorizam o *lead* – “o centro das atenções está no que ocorre, não na razão pela qual ocorre ou em suas causas profundas” (EPSTEIN apud WOLF, 2005: 199) –, em prejuízo das informações de *background*, dificultando o aprofundamento e a compreensão de aspectos subjacentes, porém significativos, aos fatos apresentados como notícias.

O que, em geral, é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos envolvidos com eles, e detalhes como os nomes geográficos, das personagens públicas, de indústrias etc. Com frequência, esses elementos ocupam automaticamente o primeiro lugar na memória dos destinatários, enquanto as causas e as consequências dos eventos permanecem em segundo plano. O resultado global é uma lembrança fragmentária, em que os indivíduos conservam detalhes isolados, mas não o contexto. (FINDHAL-HÖIJER apud WOLF, 2005: 1999)

Portanto, pode-se afirmar, ainda com Wolf, que os fatores que determinam a noticiabilidade (sejam eles relativos à cultura profissional ou à organização das práticas produtivas) permitem que se realize cotidianamente a cobertura informativa, no entanto, constituem elementos da distorção involuntária, na medida em que dificultam o aprofundamento e a compreensão de aspectos significativos dos fatos apresentados como notícias.

Abordar esteticamente o fato, e não só as artes, o entretenimento. É esta a posição de Muniz Sodré em “As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política”, onde afirma que é necessário ao jornalista se constituir como sujeito crítico, posicionando-se politicamente. Pois, segundo ele, só desta forma é possível fazer análise, ir além da mera descrição dos fatos e abdicar da simples quantificação, das estatísticas, que, assim como previa Roberto Campos, mostram o supérfluo e escondem o essencial, apelando para uma compreensão mais perceptiva do que da ordem do entendimento.

Conforme explica Sodré, a mídia atual (cibernética) não é prioritariamente informativa, mas conectiva. Voltada para a conexão dos sujeitos, ela é mais sintaxe (ordenação) do que semântica (significação), traduzindo-se, o jornalismo, em “jornalismo indicial”, o qual, de acordo com o professor, funciona por contigüidade mecânica, por aproximação, por contato, e não pela significação propriamente dita – tal como explicitado por Pierce a respeito do índice que, ao lado do ícone (referente ao funcionamento da imagem) e do símbolo (referente ao domínio dos sistemas lingüísticos), corresponde a um dos três tipos de signos possíveis. Ainda segundo Sodré, toda imagem tende ao indicial, mas a palavra, ao se tornar indicial (sem significado), serve apenas para aproximar, tornando-se palavra vazia. Tal descrição

[...] aplica-se perfeitamente ao tipo de texto fugaz e fragmentário que caracteriza tanto a televisão quanto as modalidades enunciativas do digitalismo cibernético.

[...]

Na tevê, no espaço virtual ou na nova realidade dos grandes espaços urbanos, a predominância dos fluxos contribui para dispersar o antigo tropismo integrador do sujeito, arrastando-o a uma espécie de errância cognitiva, em que são velozes e contingentes os procedimentos de leitura ou de atenção. (SODRÉ, 2006: 108)

Ou seja, seguindo esta lógica, a visão pura e simples do fato remete ao índice, provocando a sensação de que se pode prescindir dos argumentos racionais. Quando o índice é prevalente, afirma Sodré, até mesmo as palavras perdem a força significativa em função do “indicar”. Desta forma e, em ritmo cada vez mais acelerado, garante o professor, assiste-se a substituição da informação do acontecimento pelo acontecimento da informação.

A lógica contemporânea é a da temporalidade imediata, que corresponde a uma desvalorização da memória, frente a um presente contínuo e efêmero. O que, de acordo com Sodré, corrobora com a idéia de que a crise dos jornais não vem da Internet, mas de uma mudança de tempo na vida das pessoas. O durável, o estável, é posto em crise, ficando afetada, então, a própria periodização da existência, num momento em que, segundo o professor, as etapas se diluem no frenesi da presença na rede e, por conseguinte, o acontecer ininterrupto sobrepõe-se ao acontecer marcado ritmicamente.

Em “O que é mesmo uma notícia?”, os professores Muniz Sodré e Raquel Paiva apresentam novos elementos para a definição do conceito de notícia, tendo em vista a sua intervenção na temporalidade cotidiana, o advento das mídias digitais e as constantes mudanças nos critérios editoriais da imprensa diária. Admitindo que o paradigma do “homem mordeu o cachorro” não é teoricamente suficiente para definir

uma notícia, eles introduzem a idéia de que o acontecimento jornalístico é a pontuação rítmica do fato.

Este último é “pontuado” pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todos nós. (SODRÉ & PAIVA, 2005: 8)

Segundo eles, a marcação define a noticiabilidade de um fato, através do emprego dos valores-notícia. Deste modo, as ocorrências jornalisticamente marcadas são fontes de narrativa possível, ao passo que, fatos não-marcados são desconsiderados pela pauta jornalística:

imaginemos, assim, o conjunto dos fatos incidentes numa sociedade como a seqüência das notas dispostas numa partitura musical. Os fatos, como as notas, fluem ritmicamente dentro de uma “métrica”, que é a temporalidade cronologicamente marcada como “o cotidiano”. Só que, diferentemente da partitura (onde todas as notas devem ser tocadas, a menos que haja indicações de suspensão), o jornal não inclui todos os fatos: comunicar alguma coisa é sempre excluir uma outra possível. (SODRÉ & PAIVA, 2005: 8)

E mais, ainda que os microaspectos do fato, como as notas, fluam ritmicamente, todo fato possui uma amplitude de aspectos que escapa à representação. Ou seja, nem o jornal, nem ninguém consegue dar conta de toda a complexidade de um fato. No entanto, segundo os autores, ao sistema informativo interessa apenas a manutenção do fluxo noticioso. O que está em jogo não é a substância do novo, nem tampouco o modo como ele se insere no noticiário – seu contexto e relações –, mas sim o ritmo de esquecimento e de lembrança que é inerente ao apagamento e à inscrição de novidades.

Na comunidade antiga, supõe-se que a entrada no “jogo rítmico” totalizante, aberto às manifestações simbólicas do Ser, incrementa a potência existencial do grupo. Só que na dinâmica da sociedade moderna o jogo rítmico coletivo diz respeito à entrada na temporalidade de uma memória histórica do cotidiano, sem profundidade e sem comunhão, entregue a fatos parciais, divididos e fragmentários. Tal é natureza do fluxo regulado pelo sistema de informação, que realiza uma particular pontuação rítmica dos fatos aproveitáveis pelo acontecimento jornalístico. (SODRÉ & PAIVA, 2005: 10)

Logo, entender a lógica de seleção e hierarquização de dados e informações no interior de cada notícia e no veículo como um todo, ao longo das etapas de coleta, seleção e apresentação do material informativo, é fundamental para desmistificar os mecanismos de organização do noticiário. A partir de ações tipificadas, a retórica encantatória da narração fragmentária da realidade apresenta-se como a única possível



e, assim, o jornalismo segue absolutizando a totalidade num universo restrito (e desconexo) de informações.

Referências bibliográficas

- GUTMANN, Juliana Freire. “Quadros narrativos pautados pela mídia: *framing* como segundo nível do *agenda-setting*?”. In: CONTEMPORANEA – Revista de Comunicação e Cultura, Bahia, v. 4, n. 1, p. 25-49, jun 2006.
- KAPLÚN, Gabriel. “Entre mitos e desejos: desconstruir e reconstruir o desenvolvimento, a sociedade civil e a comunicação comunitária”. In: PAIVA, Raquel (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 167-194.
- MOUILLAUD, Maurice. “Da Forma ao Sentido”. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, 2). p. 29-35.
- _____. “A Informação ou a Parte da Sombra”. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção Comunicação, 2). p. 37-47.
- PORTO, Mauro P. “A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo”. *Cadernos do CEAM*, Ano II, n. 6, 2001, p. 11-32.
- SAPERAS, Enric. *Os efeitos cognitivos da comunicação de massa – as recentes investigações em torno dos efeitos da comunicação de massas*. Tradução: Fernando Trindade. Lisboa: ASA Editores, 2000. p. 137-154.
- SODRÉ, Muniz. *As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- _____. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____; PAIVA, Raquel. *O que é mesmo uma notícia?* In: XIV Encontro Anual da COMPÓS, 2005, Niterói, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Anual da Compós, 2005.
- SOUZA SILVA, Rafael. *O zapping jornalístico: da sedução visual ao mito da velocidade*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 1996.
- TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
- VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva y el accidente de la central nuclear de Three Mile Island*. Traducción: Beatriz Anastasi de Loné y Horacio Verbitsky. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.